



Conselho Nacional de
Educação

Relato da 106.^a Reunião do Plenário¹

No dia 29 de Março de 2011, realizou-se no Conselho nacional de Educação (CNE) a centésima sexta Reunião Plenária, tendo sido adoptada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação do relato da 105.^a Sessão Plenária; 2- Informações; 3- Relatório de Actividades de 2010 e Plano de Actividades de 2011; 4- Estado da Educação 2011 (estrutura e indicadores); 5- Apreciação do projecto de Recomendação sobre “Educação dos 0 aos 3 anos”; 6 - Apreciação do projecto de Parecer sobre “Manuais escolares”; 7 - Apreciação do projecto de Recomendação sobre “Financiamento das escolas”; 8 - Apreciação do projecto de Parecer sobre duas “Propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares ao Decreto-Lei nº 138-C/2010, de 28 de Dezembro, que regula o apoio do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo”; 9- Apreciação do projecto de Recomendação sobre “Reorganização da Rede Escolar”.

A Presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros empossados Alexandre Quaresma Francisco Leal Amado, em representação das associações de estudantes do ensino secundário, Ana Maria Pisco de Goes, em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Andreia Mota Pereira, em representação do Conselho Nacional da Juventude, Daniel Soares de Oliveira em representação da Confederação da Indústria Portuguesa, Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes, em representação das fundações e associações culturais, Paula Cristina Novais Pereira dos Santos, em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Paulo Oliveira Sucena, em representação das associações sindicais de professores. De seguida, colocou à consideração o relato da 105.^a Reunião Plenária, o qual foi aprovado.

No **ponto 2 da OT – Informações**, a Presidente dirigiu-se em particular aos novos membros e descreveu, em traços gerais, o que é e como funciona o CNE. Em seguida, referiu-se às restrições orçamentais e às respectivas consequências no funcionamento do Conselho, nomeadamente na frequência das reuniões e nas publicações em papel. Recentemente realizaram-se o Congresso de Literacia Media e Cidadania (25-26 de Março), em Braga, com a participação da Conselheira Maria Emília Brederode Santos, em representação do CNE e o Seminário sobre “Educação para o Desenvolvimento

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

Sustentável” (4 de Março) com uma componente de exposição de *posters* de práticas escolares que se pretende replicar em iniciativas futuras. Até ao final do ano está prevista a realização de outros seminários, nomeadamente sobre: Participação dos pais na escola (10 de Maio); Interculturalidade, em parceria com a Aliança das Civilizações, e Boas práticas para a criação de consórcios no ensino superior, na sequência do que foi realizado no ano transacto (“Construir a excelência no ensino superior e desenvolver a sua massa crítica”). Serão, também, realizadas audições com vista à elaboração de um estudo sobre esta matéria.

No que refere à actividade editorial a obra “Impacto das Avaliações Internacionais nos Sistemas Educativos”, recentemente publicada, e o Estado da Educação 2011, são as únicas edições em papel no corrente ano. A versão electrónica das actas do seminário sobre “Educação dos 0 aos 3 anos” já está disponível no site do CNE e outras se seguirão: “Que currículo para o século XXI?”, “Avaliação das escolas”, “Cá fora também se aprende”, “Mas afinal o que trouxe a república à educação?” e “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

Foi pedida a atenção dos conselheiros para a informação disponibilizada no *site* e no boletim electrónico E-CNE bem como eventuais contributos, com vista à melhoria dos mesmos.

De entre as actividades em curso, foram destacadas: uma reflexão sobre o estatuto do ensino particular e cooperativo, cujo primeiro produto é o Parecer sobre “O apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo”, que hoje se coloca à apreciação; uma recomendação sobre “Educação para o Risco”, na sequência do seminário sobre “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, de que serão relatores os conselheiros Rosalia Vargas e Arsélio Pato de Carvalho; um Estudo sobre modelos de governança das instituições de Ensino Superior, coordenado por Júlio Pedrosa, e sete relatos de caso sobre diferentes modalidades de formação, a integrar no Estado da Educação 2011; audições sobre o reordenamento da rede escolar, o RJIES e a avaliação do Programa Novas Oportunidades; visitas a autarquias e escolas.

No ponto 3 da OT – Relatório de Actividades de 2010 e Plano de Actividades de 2011, a Presidente destacou alguns aspectos da actividade do CNE em 2010: o conhecimento de boas práticas, a publicação do Estado da Educação 2010, a melhoria da comunicação com o exterior, um conjunto de seminários, a presença na AR sempre que solicitado e o trabalho relevante das Comissões. O Plano de Actividades para 2011 foi apresentado pela Comissão Coordenadora com base nas propostas das Comissões Permanentes, tendo sido evocada a necessidade de, futuramente, se proceder a uma harmonização do Relatório com o Plano.

Aberta a discussão, intervieram os conselheiros Antero de Resende, Maria José Rau, João Redondo e Albino Almeida. Para além das alterações de pormenor sugeridas, foi referido o facto de o governo não solicitar os pareceres em tempo útil o que minimiza o eventual impacto das posições do CNE no processo de decisão política. Os representantes do ensino superior particular e cooperativo e dos encarregados de educação pretendem um maior envolvimento na reflexão sobre as matérias que lhes dizem respeito, em particular sobre o financiamento do sector público e privado.

No ponto 4 da OT – Estado da Educação 2011 (estrutura e indicadores), a Presidente apresentou a metodologia e a estrutura a adoptar, comparando-a com a do ano anterior.

Relativamente ao tema do ano – a qualificação profissional – o Conselheiro Joaquim Azevedo referiu que se pretende dar a conhecer o percurso realizado e as actuais ofertas de formação através de dados quantitativos e de relatos de casos, na perspectiva de uma mudança dos referentes existentes sobre esta temática. Aberta a discussão, intervieram os conselheiros Helena Nazaré, Paula Santos, Luís Presa, Maria José Rau, Albino Almeida, Teresa Vasconcelos, Andreia Mota Pereira e João Muñoz. Todos se congratularam pela escolha do tema do ano, atendendo à necessidade de se produzir conhecimento sobre as políticas e práticas em curso neste domínio, e manifestaram a sua concordância com a inclusão de relatos de caso no documento, tendo sido sugerida a adopção de um capítulo com relatos de estudos relativos à temática do ano. Foi proposto acrescentar aos recursos financeiros os custos indirectos com acções de discriminação positiva; cruzar os indicadores de acesso e de resultados com o estatuto sócio-económico dos alunos em todos os níveis de educação e formação e verificar o alinhamento entre a oferta de formação e a procura do tecido económico empresarial; aprofundar o conhecimento sobre práticas de reconhecimento de competências no ensino superior e incluir neste nível indicadores de mobilidade e de empregabilidade. A este propósito, lamentaram as dificuldades sentidas no acesso aos dados estatísticos.

No ponto 5 da OT – Apreciação do projecto de Recomendação sobre “Educação dos 0 aos 3 anos”, a Presidente deu a palavra à conselheira relatora Teresa Vasconcelos que descreveu o processo de construção da recomendação e apresentou, em traços gerais, a sua proposta, referindo-se à oferta de educação dos 0 aos 3 anos como um direito e não como uma necessidade social. Tal princípio implica a universalização da oferta sem obrigatoriedade de frequência, atribuindo às famílias a responsabilidade primeira pela educação. Partindo desse princípio, recomenda uma reconfiguração da tutela deste sector, a melhoria da qualidade dos serviços através da qualificação dos profissionais envolvidos, de medidas de intervenção primária, do desenvolvimento da investigação e da concepção de linhas de orientação pedagógica.

Aberta a discussão, intervieram os conselheiros Sérgio Niza, Ricardo Bouça Luís, Antero de Resende, José Luís Presa, José Augusto Pacheco, Maria Calado, Nuno Vieira Matias, Paulo Sucena, Paula Nobre de Deus, Maria José Rau, Arminda Bragança, Albino Almeida. Nas suas intervenções, os conselheiros foram unânimes em reconhecer a qualidade da proposta, fundamentada na experiência, na investigação e na comparação internacional. Por essa razão e por se tratar de um documento histórico, consideraram que merecia ser amplamente divulgada. Em matéria de alterações, foi sugerido que o capítulo dos conceitos de referência passasse a integrar o capítulo dos dados da investigação e que fosse dado mais destaque à profissionalização e à carreira dos profissionais em creche, à detecção precoce de problemas e à equidade da educação. Foi sublinhada a universalidade da educação da faixa etária dos 0-3 anos e a sua inclusão na LBSE. Deverá fazer-se referência à necessidade de dar mais condições aos pais para assumirem a educação, ao papel social das empresas na disponibilização destes serviços, bem como à acção das autarquias nas políticas de proximidade e no planeamento da rede, em função das necessidades do território municipal e transmunicipal. Foi, também, recomendado: um estudo sobre a cobertura real dos serviços; a definição de estratégias educativas no domínio da cultura; a referência à diversidade cultural, étnica e religiosa, sem destacar qualquer etnia, e que enquanto não houver decisão sobre se a tutela deve passar para o Ministério da Educação, deverá valorizar-se a articulação entre as tutelas.

A conselheira relatora acolheu genericamente as sugestões que serão introduzidas na versão final da Recomendação. A Presidente colocou à votação a proposta de Recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Passando ao **ponto 6 da OT – Apreciação do projecto de Parecer sobre “Manuais Escolares”**, a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores Maria Emília Brederode Santos, Arminda Bragança e Paulo Sucena que apresentaram o seu entendimento sobre o direito de acesso à educação, a origem do pedido de parecer, uma análise comparativa dos dois projectos de lei em apreciação e as recomendações a fazer.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros Albino Almeida, João Munõz, José Augusto Pacheco, Antero de Resende, Rosalia Vargas, Maria José Rau, Maria José Martins, António Pinho, Maria Calado, Joaquim Azevedo e Zélia Nunes. Os intervenientes salientaram o facto do ensino particular e cooperativo ter ficado de fora da discussão, de não ter sido tomado em conta o princípio da realidade, que aponta para uma gratuitidade gradual face à situação de crise, e da oportunidade deste parecer dada a incerteza quanto à existência de interlocutores. Foi referido o problema de falta de equidade que advirá do facto de os alunos mais carenciados deixarem de ter livros gratuitos para passarem a tê-los emprestados. Foi proposto que se retirasse o apelo reiterado à regulamentação, reforçando o papel da escola neste processo, no quadro da sua autonomia. Salientaram, também, a incoerência entre o princípio da reutilização e da responsabilização dos alunos e a opção pedagógica subjacente à concepção dos manuais que prevêem e incentivam a escrita no próprio livro de texto, bem como a necessidade de aprofundar o pensamento sobre esta matéria, envolvendo a sociedade civil, definindo conceitos em torno do que é e deve ser o manual, hoje, no universo dos recursos educativos disponíveis e em permanente mutação. As escolas deviam ser incentivadas à criação de modelos próprios enquanto o ME devia divulgar as boas práticas, inclusivamente as das autarquias. O Ministério deveria, também, incentivar a produção de conteúdos gratuitos e de qualidade por parte de comunidades de práticas, assim como a disponibilização de recursos por meios diversos.

Os conselheiros relatores acolheram globalmente as sugestões, pelo que a Presidente colocou à votação a proposta de Parecer que foi aprovada por maioria com quatro votos contra e dez abstenções.

No **ponto 7 da OT – Apreciação do projecto de Recomendação sobre “Financiamento das escolas”**, a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores, António Pinho, Francisco Ramos, Maria Armandina Soares e Maria José Rau, que enquadraram o processo de audições que conduziu à elaboração deste projecto de Recomendação.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros José Augusto Pacheco, Paula Santos, Albino Almeida, Joaquim Azevedo, Antero de Resende. Os intervenientes salientaram a falta de uma explicitação clara do problema que tem impedido progressos neste domínio e a necessidade de a Recomendação ser mais incisiva quanto à disponibilização de informação sobre os critérios que presidem à atribuição do financiamento. A este propósito foi referida a necessidade de adoptar critérios de financiamento de discriminação positiva. No entender de alguns conselheiros, a questão do financiamento das escolas não deve ser equacionada na base dos valores em causa ou dos critérios mas antes na dos princípios, permitindo passar para uma lógica de contratualização mais responsabilizante e consentânea com a

autonomia. Aludiram ainda à contradição entre o discurso e a prática em matéria de autonomia que se tem traduzido num impasse na passagem da decisão para o nível da organização escolar e no bloqueio da experiência dos contratos de autonomia. Os conselheiros relatores acolheram globalmente as sugestões, pelo que a Presidente colocou à votação a proposta de Recomendação que foi aprovada por unanimidade.

Passando ao **ponto 8 da OT – Apreciação do projecto de Parecer sobre duas “Propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares ao Decreto-Lei nº 138-C/2010, de 28 de Dezembro, que regula o apoio do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo”**, a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores Joaquim Azevedo e Maria José Rau para apresentação do referido projecto. Para além do enquadramento da emergência do parecer foi anunciado que o seminário aí proposto será retirado, cabendo ao CNE assegurar a sua realização. Na discussão, intervieram os conselheiros João Muñoz, Albino Almeida, José Luís Presa, José Augusto Pacheco, António Pinho e Alexandre Amado.

Os princípios gerais do Parecer mereceram a concordância de todos os conselheiros. O cálculo dos custos que estão na base do financiamento devia ter em consideração os custos reais e não os custos médios. Foi, também, referido que a menção ao currículo não deve ser exclusiva da alternativa "privado não-subsidiado".

Os conselheiros relatores acolheram as sugestões apresentadas, pelo que a Presidente colocou à votação a proposta de Parecer, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No **ponto 9 da OT – Apreciação do projecto de Recomendação sobre “Reorganização da Rede Escolar”**, a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores Berta Macedo e Rui Missa Jacinto que fizeram a sua apresentação. Na discussão, intervieram os conselheiros Antero Resende, Paulo Sucena, Paula Santos e Rosário Barros, que se pronunciaram relativamente aos critérios (numéricos e de racionalidade económica) subjacentes à redefinição da rede do ensino básico e à constituição de agrupamentos de escolas, devendo o Parecer ser mais incisivo em relação às consequências daí decorrentes que põem em causa a qualidade educativa. Foi, também, referida a necessidade de apresentar mais dados factuais na argumentação do Parecer.

Os conselheiros relatores acolheram as sugestões apresentadas, pelo que a Presidente colocou à votação a proposta de Parecer, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.